CONCEPÇÃO E SABERES PEDAGÓGICOS DOS PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO TÉCNICO PROFISSIONAL EM NUTRIÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Y, ITABUNA (BA)

Julyanne Ribeiro Moura,¹

Maria de Fátima de Andrade Ferreira²

Resumo: Este artigo analisou a Educação Ambiental (EA) no currículo do Curso Técnico Profissional em Nutrição do Centro Estadual de Educação Profissional Y, Itabuna – BA. Para tanto, procurou identificar se as práticas pedagógicas e socioeducativas do Curso e a EA no currículo provocam (ou não) mudanças de atitude, comportamento, valores sociais e ambientais de seus alunos e, também, de aplicação de conceitos/concepções de natureza, meio ambiente e cidadania ambiental no cotidiano escolar. A opção foi pelo estudo de caso, descritivo-explicativo, recorrendo à observação direta, aplicação de formulário fechado e aberto e realização de grupo focal, com análise quantitativa e qualitativa, aplicada aos alunos e professores, sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Meio Ambiente; Currículo; Nutrição; Educação Profissional.

¹ Centro Estadual de Educação Profissional Y. E-mail: julynutri_23@hotmail.com

² Centro Estadual de Educação Profissional Y. E-mail: mfatimayago@hotmail.co

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 1: 139-156, 2016.

Introdução

O presente artigo é um recorte da pesquisa de Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus Itapetinga, que analisou a Educação Ambiental no Currículo do Curso Técnico Profissional de Nutrição do Centro Estadual de Educação Profissional Y, Itabuna-BA. Nessa perspectiva, o artigo analisou a concepção e saberes pedagógicos dos Professores e Alunos do Curso Técnico Profissional em Nutrição sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental no Centro Estadual de Educação Profissional Y, Itabuna (BA).

A Educação Ambiental – EA é tema recorrente no debate contemporâneo por pesquisadores, movimentos ambientalistas, no contexto nacional e mundial e pauta de reflexões na gestão das políticas públicas educacionais e sistemas de ensino, inclusive nos currículos escolares, com exigência de abordagem inter/transdisciplinar e transversal da EA na prática educativa e ambiental, em todas as modalidades de ensino.

Além disso, considerada como uma possibilidade para refletir sobre as questões ambientais, a EA fomenta a mobilização para o debate coletivo e participativo, acesso à informação, a conhecimentos e saberes ambientais, destacando-se no cenário nacional e internacional, por meio de encontros, seminários e, também, por políticas públicas e legislações.

No entanto, o ensino brasileiro requer, antes de tudo, mudanças de concepções e práticas curriculares e exige reconhecimento da EA, como componente pertinente e permanente, nos currículos escolares, por aplicação de abordagem curricular integrada, transversal e inter/transdisciplinar.

Nessa perspectiva, observa-se a tendência de valorizar concepções de currículo, meio ambiente, percepção e educação ambiental e permitir construção de valores, atitudes, práticas sociais e expressar a cultura dos direitos humanos nos espaços sociais e na escola, envolvendo a sociedade e a natureza como fonte de vida.

Sobre essas questões, a Resolução CNE/CP 1/2012 e a Resolução CNE/CP 2/2012 (BRASIL, 2012) preconizam que é importante relacionar a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos e sociais, à saúde, ao trabalho e consumo, à pluralidade étnico-racial e de gênero, à diversidade sexual, à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.

A partir dessa compreensão, o presente artigo analisou a Educação Ambiental - EA no currículo do Curso Técnico Profissional em Nutrição do Centro Estadual de Educação Profissional Y (CEEP), Itabuna – BA, optando por um estudo de caso (LÜDKE E ANDRE, 1986), para estudar e aprofundar a concepção de EA, como integrante do currículo e buscar compreender de que forma os professores trabalham com conceitos/concepções de natureza, meio ambiente, percepção ambiental, conforme a Resolução CNE/CP 2/2012 (BRASIL, 2012).

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 1: 139-156, 2016.

Para tanto, o estudo valorizou a concepção e saberes pedagógicos dos professores sobre EA, representações, discursos e contribuições para mudanças de atitudes, comportamento, formação de valores sociais e a cidadania ambiental dos alunos. E, também, buscou identificar se as práticas pedagógicas e socioeducativas do Curso e a EA no currículo provocam (ou não) mudanças de atitude, de comportamento e de valores sociais de seus alunos e aplicação de conceitos/concepções de natureza, meio ambiente e cidadania ambiental no cotidiano escolar.

Considerando a importância da inserção de EA nos currículos escolares, como projeto educativo e possibilidade de alargamento da cidadania e dos direitos individuais e coletivos e socioambientais na escola, este trabalho pretende contribuir com a construção de saberes e cidadania ambiental na escola.

A partir dos problemas colocados, o presente artigo analisou o currículo do curso técnico de Nutrição, observando os saberes pedagógicos e a concepção de EA e, de que forma os professores trabalham com conceitos/concepções das categorias natureza, meio ambiente, cidadania ambiental e percepção ambiental e quais as contribuições para mudanças de atitudes, comportamento e valores sociais de alunos e professores, sujeitos da pesquisa.

O meio ambiente: questões atuais

O meio ambiente é tema em discussão contemporânea que mobiliza pesquisadores, estudiosos, movimentos sociais e setores da sociedade civil, com a finalidade de buscar métodos e formas para atuar no enfrentamento de combate à crise ambiental e, portanto, uma crise social.

Há muitas definições de meio ambiente. Para a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) “*é o conjunto de condições, leis, influências e infra-estrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*”.

Brito (2013, p. 40) busca o conceito proposto por Silva (2007, p. 20) para dizer que o meio ambiente “*há de ser, pois, globalizante, abrangente de toda natureza original e artificial, bem como, os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico (...)*”.

Como podemos observar, no período da Conferência de Estocolmo em 1972, o Brasil sofria influência para desenvolver políticas ambientais. Sendo que, essas políticas deveriam incluir temáticas de relevância para este período como: fomento à exploração dos recursos naturais, o desbravamento do território, o saneamento rural, a educação sanitária e os embates entre os interesses econômicos internos e externos (ROHLFS; RANGEL; CARMO, 2013).

É nesse contexto de interesse de desenvolvimento ambiental que foi sancionada a Lei n. 6.938, em 31 de agosto de 1981, da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA e define no seu Art.2º que: *“Esta política tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”*.

Nesse caso, para atingir o objetivo da PNMA (1981), é preciso aumentar a participação da sociedade civil organizada e de outros setores da sociedade nos processos de preservação e recuperação da qualidade ambiental, atentando-se para a conscientização dos sujeitos sobre a importância dessa ação para o desenvolvimento socioeconômico do país e outras nações, como também, na formação da cidadania e dignidade da vida humana.

Por isso, a escola é um espaço considerado como importante, quando é reconhecida pelas suas políticas de socialização, formação de valores e desenvolvimento humano. Essa interação escola e sociedade são pertinentes para atingir esses objetivos, pois é necessária a responsabilidade de todos os setores e sujeitos sociais no combate a crise socioambiental.

Conforme Leff (2007), a crise socioambiental não é vista simplesmente como uma crise de esgotamento de recursos físicos e naturais, mas como uma crise civilizatória de esgotamento de um padrão de racionalidade, uma crise, portanto, de conhecimento. Assim, os prejuízos socioambientais são fatos, da mesma forma que é concreta a importância da atuação do ser humano, uma vez que esta mudança de atitude e comportamento com relação ao seu papel e interação com o meio ambiente é imprescindível para a transformação e conservação do meio ambiente e social.

Educação Ambiental e Percepção Ambiental

A educação ambiental, apesar de ser uma temática relativamente nova na história da humanidade, apresenta-se como um tema relevante para discussões e pesquisas, no cenário internacional e nacional.

O termo Educação Ambiental foi citado, pela primeira vez, em um evento de educação promovido pela Universidade de Keele, em 1965, no Reino Unido, tornando-se como um campo específico em 1975, no Seminário Internacional de Educação Ambiental realizado em Belgrado (LOUREIRO, 2003).

No Brasil, o conceito de EA foi oficialmente divulgado na Constituição Federal de 1988, no Capítulo VI, sobre Meio Ambiente, artigo 225 *“compete ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”* (BRASIL, 1988).

O Ministério da Educação e do Meio Ambiente lançou em 1994, o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, com o objetivo de consolidar a EA como política pública e constitui-se em *“um documento de*

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 1: 139-156, 2016.

grande relevância, não somente por ser a primeira iniciativa governamental nesse domínio, mas por significar o reconhecimento por parte do MEC de que este era um tema institucional e politicamente marginal até então” (LOUREIRO, 2003, p.56).

Loureiro (2003, p.38) considera *“que a educação ambiental define-se como elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais que situam a inserção humana na natureza” e “envolve a compreensão de que o processo educativo é composto por atividades integradas formais, informais e não formais”*.

A EA possui várias correntes de pesquisa, o que nos permite refletir que não existe uma definição única de EA, mas uma complexa rede de sujeitos com conhecimentos e percepções distintas sobre a interação sociedade-ambiente. E, no Brasil, leva em consideração a formação do sujeito crítico, desencadeando assim uma ação transformadora.

Nesse sentido, Loureiro (2012, p.84) afirma que a EA *“deve promover simultaneamente a participação ativa das pessoas e grupos na melhoria do meio ambiente, a autonomia dos grupos sociais na construção de alternativas sustentáveis, a mudanças de atitude e a problematização da realidade ambiental (...)”*.

A percepção é uma característica inerente ao ser humano e pelo conhecimento científico, ela pode ser classificada em vários tipos de percepção como sensorial, social e tempo-espaço. Para Hoeffel e Fadini (2007, p.255) é possível caracterizar percepção como um processo, uma atividade que envolve organismo e ambiente e que é influenciada pelos órgãos dos sentidos - *“percepção como sensação” e por concepções mentais - “percepção como cognição”*.

Hoeffel e Fadini (2007, p.255) ainda afirmam que:

A percepção ambiental é condicionada por fatores inerentes ao próprio indivíduo, fatores educacionais e culturais imprimidos pela sociedade e fatores afetivos e sensitivos derivados das relações do observador com o ambiente. Cada indivíduo enxerga e interpreta o ambiente de acordo com seu próprio olhar, sua própria maneira de ver o mundo, a partir de suas experiências prévias, expectativas e ansiedades.

É importante ressaltar que, mesmo que a percepção ambiental não esteja inserida no universo da ciência como a percepção sensorial, social, a percepção ambiental termina recebendo influências de cada uma dessas. Brito (2013, p.71) contribui com essa questão quando define que o ser humano é um objeto ambiental, isto é, um elemento imerso em um complexo pleno, conhecido como meio ambiente.

Corroborando com esse estudo em relação à percepção ambiental, Leff (2012, p.105) afirma que a construção de uma racionalidade ambiental não depende fundamentalmente da produção de tecnologias apropriadas ou do revigoramento da economia. Dessa forma, o desenvolvimento de práticas sociais, como estratégia de desenvolvimento ambiental apresenta-se muito mais interessante para construir essa racionalidade ambiental.

Diante deste posicionamento, diz o autor:

O saber ambiental transcende o campo da racionalidade científica e da objetividade do conhecimento. Este saber está se conformando dentro de uma nova racionalidade teórica, donde emergem novas estratégias conceituais. Isso coloca a revalorização de um conjunto de saberes sem pretensão de cientificidade (LEFF, 2012, p.231).

Por esta razão, o estudo da percepção ambiental apresenta-se como muito importante, por trazer questões culturais com relação ao conhecimento da realidade, onde o sujeito se apropria desses saberes e conhecimentos para gerar novas significações sociais, para assim refletir e produzir novos posicionamentos diante desta crise ambiental e civilizatória enfrentadas no mundo atualmente.

Dentre os itens que representam esta crise ambiental, pode-se citar Morin (2013, p.20) que aborda em sua pesquisa a degradação da biosfera, como o aquecimento global que é acompanhado das ameaças que pesam sobre a vida oceânica, da diminuição da diversidade animal, do aumento da poluição urbana e da agricultura industrial, que multiplicam pesticidas, empobrece os solos e contamina lençóis freáticos.

Ainda segundo o autor, estamos em um período de crise planetária e não sabemos o que sairá disso; tudo aquilo que der conta da possibilidade de transcender essa crise será uma boa notícia (*op. cit.*, 2013).

Os problemas ambientais são diversos, assim como o posicionamento de cada nação também é diferente para o enfrentamento dessa crise ambiental. Dessa forma, diferentes culturas desenvolvem e apresentam diferentes percepções sobre o meio ambiente e sobre esta relação homem-natureza.

Nesta conjuntura, para a elaboração e a implementação de propostas potencialmente sustentáveis deve-se considerar que existe uma ampla diversidade de percepções sobre o mundo natural, que podem intervir de maneira diversa sobre o meio ambiente (ROEFFEL; FADINI, 2007, p.256).

Neste sentido, constata-se que a compreensão das diferentes percepções e representações sociais do mundo e do meio ambiente está relacionada diretamente à busca por soluções. Por isso, a relevância desse estudo em analisar as percepções ambientais dos professores e alunos do

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 1: 139-156, 2016.

curso de nutrição, para buscar entender de que forma esta Educação Ambiental, trabalhada no curso investigado interfere na percepção destes sujeitos “professores e alunos” no âmbito escolar e social.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi classificada, quanto aos seus objetivos, em estudo descritivo-explicativo, utilizando a abordagem quantitativa e qualitativa para analisar a Educação Ambiental no currículo do Curso Técnico Profissional de Nutrição, no Centro Estadual de Educação Profissional, Itabuna (BA).

No estudo descritivo foi *“feita a descrição das características de uma determinada população, estudo descritivo de determinado fenômeno com suas variáveis”* (SANTOS, 2002).

Para a coleta de dados da pesquisa *in loco*, a abordagem descritivo-explicativa utilizou a observação sistemática e aplicação de formulários fechados e abertos aos professores e alunos e, concomitante, a realização de grupo focal com alunos.

A observação sistemática é uma técnica de coleta importante *“porque o pesquisador vai observar uma parte da realidade, natural ou social, a partir de sua proposta de trabalho e das próprias relações que se estabelecem entre os fatos reais”* (CARVALHO, 2003, p.157) e a tentativa de transformar a realidade que se conhece em conhecimento científico. Logo, é uma observação planejada, estruturada, controlada e com planejamento prévio.

A decisão pela escolha dessas técnicas e instrumentos de pesquisa foi devida às exigências do olhar do pesquisador no campo de investigação. Sendo que, a aplicação da observação sistemática, no estudo descritivo-explicativo, justifica-se pelas suas características e função seletiva.

Conforme afirma Carvalho (2003), os questionários são instrumentos de coleta de dados que são preenchidos pelos informantes sem a presença do pesquisador. Assim, para a elaboração do questionário, determinamos questões mais relevantes, relacionadas com os itens, da hipótese que a pesquisa busca investigar. Nessa pesquisa, os questionários foram definidos como formulários, conforme a sua classificação e aplicação no campo de investigação aos sujeitos da pesquisa, professores e alunos.

Outra consideração importante sobre estes instrumentos de coleta de dados *in loco*, acolhida pela presente pesquisa, baseou-se em Lüdke e André (1986, p.25) quando afirmam: *“para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa antes de tudo ser controlada e sistemática”*. E, também, ressaltam que a aplicação de formulários fechados e abertos e de entrevistas semiestruturadas, aplicados para a coleta de dados, deve ser feita pelo próprio pesquisador.

Segundo a análise de dados, a pesquisa se classifica em estudo quantitativo e qualitativo de análise. A abordagem quantitativa, como define Smailes (2006, p.19), são dados que são medidos, contados ou quantificados de alguma maneira, podendo ser separados em categorias ou classes de acordo com sua medição.

E a abordagem qualitativa é aquela em que os dados podem ser separados em categorias chamadas de não mensuráveis (SMAILES, 2006, p.18), como a separação e classificação de respostas abertas, coletadas dos formulários dos professores e alunos, sujeitos da pesquisa.

Partindo da premissa de que a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, que se utiliza de um método para investigar e analisar as possíveis soluções, buscando também algo “novo” no processo do conhecimento, como define Carvalho (2003, p.147), é que a presente pesquisa foi motivada e instigada, a investigar de que forma a Educação Ambiental – EA vem sendo trabalhada no currículo do curso técnico profissional de Nutrição.

Reconhecemos que, o avanço e a situação atual da Educação Profissional no Brasil, na Bahia e no município de Itabuna foi algo relevante para a seleção e escolha do tema e do espaço da pesquisa e dos sujeitos que os compõem. Assim, a pesquisa tem como universo, os Centros Estaduais de Educação Profissional, na Região Sul da Bahia, sendo escolhido o Centro Estadual de Educação Profissional Y, de Itabuna (BA).

Os sujeitos da pesquisa foram professores e alunos, da referida unidade e funcionários técnico-profissionais que participaram de conversas informais e formais, no âmbito da pesquisa e que decidiram participar do estudo.

Resultados e Discussão

Concepção e Saberes Pedagógicos dos Professores e Alunos do Curso Técnico de Nutrição sobre o Meio Ambiente

A pesquisa objetivou verificar as concepções e saberes pedagógicos dos professores e alunos, do curso técnico de Nutrição sobre meio ambiente.

Para tanto, foram valorizadas as concepções docentes, sejam essas concepções, baseadas nos aspectos naturais do ambiente, ou uma concepção naturalista e preservacionista ou até mesmo uma visão do meio ambiente globalizante e abrangente, conceito adotado pela Política Nacional do Meio Ambiente e, conseqüentemente, pela pesquisa e de que modo, essas concepções manifestam-se nos saberes pedagógicos dos professores do curso de Técnico de Nutrição do CEEP Y e nas suas práticas em sala de aula e outras atividades didáticas e metodologias na instituição investigada.

A concepção pedagógica do curso Técnico de Nutrição, pretendida pelo Projeto Político Pedagógico deste curso, indica a possibilidade de formação profissional com competências e habilidades atuais e se constitui como um

mecanismo que contribui com a aprendizagem do aluno e de sua formação integral e de entendimento do ser humano e do meio em que vivem.

Assim, podemos observar que, as concepções dos professores e alunos, sujeitos da pesquisa, sobre meio ambiente, foram analisadas a partir dos dados coletados pelos formulários fechados e abertos. Dessa coleta, participaram 13 professores e 129 alunos.

As respostas foram analisadas, a partir do ponto de partida da compreensão do sujeito sobre meio ambiente, baseando-se na definição adotada pela pesquisa que foi a definição estabelecida pela Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981).

Desse modo, a PNMA (BRASIL, 1981) define o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e infra-estrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Os dados qualitativos analisados das questões abertas do formulário aplicado a esses sujeitos revelam que as falas dos professores, ao que tudo indica, não esclarecem a definição desses sujeitos sobre o tema e, assim, podemos verificar que do total de 13 sujeitos professores, que responderam os formulários, 06 justificaram suas respostas e dizem que:

- Incentivo aos alunos a inserir ações voltadas para o meio ambiente nas atividades práticas;
- Entendo o meio ambiente aqui como o ambiente o qual o sujeito está inserido;
- Discuto essas questões na disciplina “Gestão de Meio Ambiente”;
- Em questões contextualizadas do ensino da matemática (ENEM);
- Aproveitamento integral dos alimentos;
- Incentivo ao aluno.

Sobre as falas dos professores, quando foram perguntados sobre “Se já ouviu falar da Política Nacional do Meio Ambiente?”, um total de 08 (oito) professores, dos 13 sujeitos investigados, afirmou que sim; porém, quando questionado “se conhece a norma legal de sua regência”, apenas 01 afirmou que sim, sendo que, dos 07 (sete) restante, 02 (dois) afirmaram não conhecer, 03 (três) conhecem pouco e 02 (dois) assinalaram não ter opinião.

Avaliou-se ainda que, é preocupante o desconhecimento dos professores acerca da norma legal que rege a Política Nacional do Meio Ambiente, já que é uma legislação brasileira, que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Além de prever princípios importantes para a pesquisa, como o citado no parágrafo X, Art. 2 da referida Lei que “a educação ambiental deve ser trabalhada em todos os níveis de ensino, inclusive na educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981).

Quando os professores foram questionados sobre a sua opinião, acerca do Meio Ambiente no Currículo Escolar (Figura 1), notou-se que apesar de 61,53% considerar muito importante, apenas três professores, do total de 13 da amostra, justificaram sua opinião da seguinte forma:

- A formação do aluno deve ser integral, deve passar por todas as áreas humanas, exatas e sociais.
- Construir valores.
- O meio ambiente deve estar inserido.

As alternativas “pouco importante” e “a escola não discute esse assunto” não foi mencionada por nenhum professor nesse quesito conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1- Percentual de Opinião dos professores sobre Meio Ambiente no currículo escolar.
Fonte: Moura (2014).

Notou-se, assim, que 100% dos docentes reconhecem a importância de falar de meio ambiente em sala de aula. Contudo, quando questionados se a escola fala de meio ambiente, 7,69% assinalaram que não, 15,38% se abstiveram de responder marcando o item NTO (não tenho opinião) e 61,53% afirmaram que a escola fala de meio ambiente, conforme evidencia a Figura 2.

Figura 2: Percentual de professores acerca do tema Meio Ambiente abordado no CEEP Y-Itabuna (BA). **Fonte:** Moura (2014).

Em contato com a coordenação pedagógica do CEEP Y, foi disponibilizado uma cópia digital do Plano de Curso (PC)/Projeto Pedagógico do Curso. Após análise do documento, foi possível identificar que o mesmo já inclui a temática ambiental, e proposta interdisciplinar do curso, como competência que este profissional Técnico de Nutrição deve exercer na área da saúde.

A pesquisa entende que a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (PNMA, 1981).

Leff (2007) colabora com a sua percepção sobre essa questão quando diz que a crise socioambiental não é vista simplesmente como uma crise de esgotamento de recursos físicos e naturais, mas como uma crise civilizatória de esgotamento de um padrão de racionalidade, uma crise, portanto, de conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa se embasa teoricamente, nesses conceitos ambientais e de crise socioambiental, para analisar e coletar dados dos formulários fechado e aberto, utilizado no presente estudo.

Assim, quando os sujeitos, alunos, foram questionados sobre o ponto que trata se o aluno acha importante falar do meio ambiente, foi possível se constatar que, algumas respostas revelam desconhecimento por parte do sujeito acerca do tema meio ambiente e outro grupo apresentou uma compreensão vaga da importância ou um conhecimento superficial que abrange a temática ambiental.

Observou-se também, por meio dos dados qualitativos coletados nos formulários dos alunos, que a abordagem da temática ambiental, está mais

voltada à disciplinas da área biológica, fato este, que nos faz entender que no cotidiano escolar do CEEP Y, ainda é frequente ser atribuída a responsabilidade do trabalho com o tema meio ambiente aos professores da área biológica e da disciplina específica Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho (BMASTT), disciplina essa, que se encontra prevista na matriz curricular do curso de Nutrição.

Na Figura 3, os dados apontam que praticamente, 100% dos alunos do 2º ano matutino e vespertino da modalidade EPI, afirmaram estudar o tema Meio Ambiente na escola.

Figura 3: Percentual de alunos na modalidade EPI que estudam Meio Ambiente no CEEP Y- Itabuna (BA). **Fonte:** Moura (2014).

De acordo, com análise desses dados coletados do formulário, a pesquisa constatou que o CEEP Y não está conseguindo romper as barreiras entre as disciplinas, de modo que ocorra o desenvolvimento de temáticas ambientais, de forma interdisciplinar e capaz de estabelecer relações entre os conhecimentos técnico-científicos e o contexto cultural e local.

Assim, é importante salientar que os conhecimentos a serem ministrados, referentes ao meio ambiente, *“do mesmo modo que outros temas, como ética, saúde, pluralidade cultural e orientação sexual devem ser contemplados no âmbito curricular de forma transversal, tratados em todos os componentes curriculares”* (MACEDO, 1999) não devendo, no entanto, serem trabalhados apenas como disciplinas específicas, estanques como por exemplo a disciplina BMASTT ,vivenciada na escola. A proposta é que tais conhecimentos sejam tratados de maneira articulada.

Tendo em vista que é no 2º semestre, de acordo com a Matriz Curricular do Curso Técnico de Nutrição no CEEP Y, que os alunos devem fazer 2 horas semanais, totalizando 40 horas no semestre da disciplina específica Biologia – Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 1: 139-156, 2016.

Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho (BMASST), esses demonstraram visões distintas, com relação ao tema meio ambiente, principalmente quando analisadas por diferentes turnos (matutino, vespertino e noturno). Vale lembrar, que os professores que ministravam aulas da disciplina específica citada anteriormente, são diferentes, o que pode ser uma hipótese para justificar esses pontos de vista distintos.

Concepção e Saberes Pedagógicos dos Professores e Alunos sobre a Educação Ambiental inserida no Currículo do Curso Técnico de Nutrição

As concepções de Educação Ambiental dos professores e alunos, sujeitos da pesquisa, foram analisadas a partir dos dados coletados pelos formulários fechados e abertos e no Grupo Focal, realizado no semestre de 2014.

Durante a pesquisa foi possível observar que a educação ambiental trabalhada pelos professores investigados não contempla a definição proposta por Loureiro (2003) que define a EA como elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais que situam a inserção humana na natureza.

E, também não se encontram embasadas, conforme os resultados de dados analisados, na definição proposta pela Política Nacional de Educação Ambiental que define, no seu Artigo 2º, a EA como *“um componente essencial e permanente na Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo”*.

Mas, qual (is) a (s) modalidade (s) de inserção da Educação Ambiental, na prática pedagógica dos professores, seria por meio de projetos de forma transversal nas disciplinas curriculares e/ou disciplina específica no CEEP Y?

Foi possível constatar que 09 (nove), de um total de 13 professores, sujeitos da pesquisa, representando um percentual de 69,22% afirmaram que falam sobre Educação Ambiental, no CEEP Y. Além de observar que 100% dos professores afirmaram considerar “importante” a escola falar de Educação Ambiental. Quando se perguntou “se acham importante estudar questões ambientais na sala de aula”, referidos nos formulários dos professores, sujeitos da pesquisa, foi obtido como resultado um percentual de 100% de afirmação, sobre esse ponto.

Assim, por meio dos dados coletados, pelo formulário, foi possível investigar as práticas pedagógicas e saberes da docência no âmbito da Educação Profissional, especificamente no Curso de Nutrição, observando de que modo a escola trabalha para incluir Educação Ambiental no currículo.

Sobre essas questões, baseando-se na pesquisa documental, analisando o Plano de curso/PPC do curso Técnico em Nutrição oferecido pela instituição, o CEEP Y, foi possível verificar que o objetivo deste curso que é:

Desenvolver nos alunos, as competências gerais da área de Saúde e as específicas da habilitação técnica em Nutrição e Dietética, definidas a partir da análise do processo de trabalho desse segmento, respeitando valores estéticos, políticos e éticos, bem como mantendo compromisso com a qualidade, o trabalho, a ciência, a tecnologia e as práticas sociais relacionadas aos princípios da cidadania responsável (PPC, p. 18).

Desse modo, o estudo em questão, entende e concorda com a ideia de Loureiro, 2012, de que a EA deve promover a participação ativa das pessoas e grupos na melhoria do meio ambiente, a autonomia dos grupos sociais na construção de alternativas sustentáveis, a mudança de atitude e a problematização da realidade ambiental.

Contudo, constatou-se que a educação ambiental não está sendo abordada, efetivamente, em todos os componentes curriculares do curso investigado; que não há interdisciplinaridade, entendendo que a interdisciplinaridade não pode ser tratada como um recurso didático para relacionar disciplinas, além, de perceber que as questões ambientais são abordadas esporadicamente e sem continuidade nos anos subsequentes.

Com relação à concepção e saberes pedagógicos dos alunos sobre a Educação Ambiental inserida no currículo do curso técnico de Nutrição no CEEP Y, observou-se que conforme resultados dos dados analisados pela pesquisa, a EA foi reconhecida em sua importância, pelos sujeitos alunos, quando 85,27% afirmaram achar importante a sua escola falar sobre Educação Ambiental.

Todavia, quando os alunos foram perguntados “se já ouviram falar sobre EA”, foi possível perceber que 22,48% “não ouviu falar”, enquanto 9,30% “ouviu falar pouco” e 6,98% optaram por não ter opinião.

Desse modo, a escola é um espaço considerado como importante, quando é reconhecida pelas suas políticas de socialização, formação de valores e desenvolvimento humano. Essa interação escola e sociedade são pertinentes para atingir esses objetivos, pois é necessária a responsabilidade de todos os setores e sujeitos sociais no combate a esta crise socioambiental.

Logo, essa interação de escola e sociedade é importante e, também, estabelecer relação entre conhecimentos teoricamente sistematizados, com o cotidiano, com a vida real e com suas verdadeiras transformações, é o que caracteriza, na prática educativa, a Transversalidade.

Sendo que, a Própria Resolução CNE/CP 2/2012, que estabelece a Educação Ambiental como componente curricular da Educação Básica e Educação Superior, prevê que a EA deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada apenas como disciplina ou componente curricular específico.

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 1: 139-156, 2016.

Desse modo, mesmo considerando a importância que os professores e alunos, sujeitos da pesquisa, evidenciaram sobre a Educação Ambiental, por meio de suas respostas as questões fechadas e abertas, a pesquisa constatou, que o campo investigado, o CEEP Y, não consegue trabalhar com as práticas pedagógicas, interdisciplinaridade e transversalidade.

Assim, foi possível avaliar que os professores trabalham de forma compartimentada, especializada, cada qual focado na sua disciplina marcando a realidade da escola. Nesse contexto, a EA deveria despertar uma expectativa renovadora no sistema de ensino, no entanto, a pesquisa reconhece que é um desafio grande para o Centro Estadual de Educação Profissional Y, que não é fácil mudar hábitos arraigados, mas que é um trabalho arrojado e necessário para melhorar e aprimorar esse processo de ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

Diante de tudo o que foi analisado e exposto, considera-se que o estudo realizado alcançou o seu propósito, as questões e objetivos a ela pertinentes, foi possível concluir que a inserção da Educação Ambiental no Curso Técnico Profissional de Nutrição no CEEP Y, não atingiu ainda seus objetivos.

Podemos observar que, no contexto da Educação Básica incluem-se os cursos Técnicos de Educação Profissional, inclusive o de Nutrição, ofertado pelo CEEP Y, Itabuna, BA. As legislações educacionais estabelecem a obrigatoriedade da EA na matriz curricular desses cursos e, também, nos projetos e programas de cursos e institucionais conforme legislações vigentes que estabelecem diretrizes para a educação brasileira.

Assim, a EA é determinada como conteúdo ou disciplina obrigatória ou de outras formas no desenvolvimento da Educação Básica e os Cursos de Educação Profissional, uma das modalidades de educação incluídas nesse contexto e apresentados no Catálogo de Cursos como devem obrigatoriamente trabalhar com EA nos seus currículos e de outras formas, conforme a Resolução CNE/CP n. 1/2012 e Resolução CNE/CP n. 2/2012.

O curso de Nutrição investigado demonstra a intenção de promover ações e desenvolver projetos ambientais no âmbito das disciplinas dos cursos de educação profissional que oferta para os seus alunos.

Nessa instituição, percebe-se nas conversas informais que o desejo dos profissionais que trabalham com o Curso de Nutrição expressa a intenção de atingir os objetivos e finalidades da educação profissional inseridas no Projeto Pedagógico do Curso, Catálogo de cursos e legislações da educação profissional (MEC/CNE/SETEC e SUPROF/SEC-BA, 2013), preparando o cidadão e profissional para atuar nos espaços pretendidos pelo curso para os seus egressos.

Contudo, os sujeitos investigados, ao que tudo indica, parecem demonstrar conhecimentos sobre a sua área de formação profissional, mas merecem melhorar a atenção para a formação docente, pois a pesquisa

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 1: 139-156, 2016.

sinaliza um cenário preocupante sobre esta questão. E, entendemos, conforme Gatti (2010) que a fragmentação da formação e a parte curricular dedicada à formação específica para o trabalho docente precisam de atualização para acompanhar as mudanças sociais, educacionais, políticas e culturais. Como por exemplo, da inclusão de Educação Ambiental no currículo do curso de Nutrição, conforme a Resolução CNE/CP n. 2, de 2012.

Para verificar o conhecimento/saberes e práticas dos professores do curso investigado sobre EA, a pesquisa valorizou a concepção e os saberes pedagógicos desses sujeitos da pesquisa sobre o referido tema, suas representações, discursos nas conversas informais e suas contribuições para mudanças de atitudes, comportamento, formação de valores sociais de seus alunos e a cidadania ambiental.

Mas, quando analisado as modalidades de inserção na prática pedagógica dos professores, observou-se que a Educação Ambiental, ao que tudo indica, ainda não segue uma regra de ser implantada como disciplina/componente curricular específico ou de outras formas no currículo do curso, desenvolvida como prática educativa integrada, inter/transdisciplinar e transversal, mas apresenta-se como conteúdos isolados, fragmentados e não há consolidação desse tema no âmbito do curso. Os sujeitos parecem ainda desconhecer as legislações sobre o assunto e ignoram a sua importância.

Nesse sentido, foi possível identificar por meio dos resultados, tanto das entrevistas semi- estruturadas e observação direta e sistemática, como das conversas informais e do formulário fechado e aberto aos professores e alunos que as práticas pedagógicas e socioeducativas no tratamento da EA são trabalhadas de forma pontual ou por meio de disciplina específica do curso que falam muito pouco sobre o assunto, e que essas práticas pedagógicas, não são suficientes para provocar mudanças de atitude, de comportamento e de valores sociais de seus alunos e, também, não modificaram ainda a aplicação de conceitos/concepções de natureza, meio ambiente e cidadania ambiental no cotidiano escolar.

Desse modo, considerando que a educação ambiental não deve ser implantada apenas como disciplina específica no currículo de ensino, mas também de outras formas no âmbito do curso e que os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, a pesquisa constatou que as temáticas ambientais são trabalhadas, de forma muito tímida, nas disciplinas específicas de Biologia e Biologia Meio Ambiente Saúde e Segurança do Trabalho (BMASST).

Para isso, compreendemos que não basta apenas incluir EA no currículo dos cursos, mas promover conhecimento e saberes sobre o mundo físico e natural, além de preparação para o exercício da cidadania e a compreensão da dimensão da política do cuidado.

É preciso, portanto, entender o currículo e as práticas docentes sobre EA e o que falam/dizem sobre a cidadania ambiental, e perceber a EA como um movimento que se constrói, não somente a partir de uma consciência do sujeito

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 1: 139-156, 2016.

que tem uma identidade múltipla, flexível, mutável, cultural, mas também a partir de uma consciência de ser cidadão que tem direitos e deveres, relacionados a diferentes aspectos da vida cotidiana, na família, escola, igreja e outras instâncias públicas e privadas.

Em decorrência desse fato, foi possível identificar que o Centro Estadual de Educação Profissional Y, não se constitui como um ambiente escolar propício à formação de alunos e de professores do curso de Nutrição como indivíduos-sujeitos ambientais, com capacidade de compreender e atuar criticamente sobre o papel do ser humano na preservação do meio ambiente, na busca de opções razoáveis de sustentabilidade e de harmonia e respeito ao planeta.

Hoje se reconhece que os conhecimentos e atitudes que abarcam tanto o desenvolvimento tecnológico e cultural quanto a preservação do meio ambiente devem fazer parte da educação escolar de crianças, jovens e adultos. Em decorrência disso, a EA formal é vista como prioritária, é um meio viabilizador de mudanças necessárias para uma sociedade sustentável.

Assim, espera-se que o presente Artigo Original possa servir de incentivo as Escolas Técnicas baianas e em todo o País, e que possa promover mudanças de valores e sua aplicação na prática social do Curso Técnico de Nutrição, isso na tentativa de abrir espaços para uma nova racionalidade, à mudanças de comportamento dos indivíduos professores e alunos e, inclusive da comunidade onde a escola está inserida.

Referências

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Brasília, 1981. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012b**. Brasília, 2012. Disponível: <Portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=66>. Acesso em: 30 mar. 2012.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012c**. Brasília, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - Edição 2014**. Ministério da educação; Secretaria de educação profissional e tecnológica; Diretoria de políticas de educação profissional e tecnológica. Disponível em:

<http://www.dept.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/RESOLUCOES_CEP_T/2014/CATALOGO_2014.pdf>. Acesso em: jun.2014.

BRITO, F.A.A. A percepção ambiental de professores e alunos e a educação ambiental no curso de Direito da Faculdade X: um estudo de caso no Sudoeste da Bahia. 2013. vi, 283f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013.

CARVALHO, M.C.M. **Construindo o saber** – Metodologia científica: Fundamentos e técnicas. 15^o ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GATTI, B.A. **Formação de Professores no Brasil**: características e problemas. Educação e Sociedade, v. 31. n. 113, p. 1355-1379, out.-dez.2010. Campinas, SP: CEDES/UNICAMP, 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 06/02/2015.

HOEFFEL, J.L.; FADINI, A.A.B. Percepção Ambiental. P. In: FERRARO, L.A. Jr. (org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Ministério do meio ambiente MMA, Departamento de Educação Ambiental. Brasília, 2007, pp.253 – 262.

LEFF, E. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis RJ: Vozes, 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

LOUREIRO, C.F.B. **Cidadania e meio ambiente**. Construindo os recursos do amanhã, v.1, Centro de Recursos Ambientais. Salvador, 2003.

LOUREIRO, C.F.B. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜDKE, H.A.M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, E.F. Parâmetros curriculares nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: MOREIRA, A.F.B. (org). **Currículo**: Políticas e práticas. Campinas: Papirus, 1999.

MORIN, E.; VIVERET, P. **Como viver em tempo de crise?** Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Bertand, Brasil, 2013.

ROHLFS, D.B.; RANGEL, C.F.; CARMO, T.C. **Curso de especialização em vigilância em saúde ambiental**. Disciplina I – Sistema Único de Saúde e Vigilância em Saúde no Brasil. Unidade II – Políticas de Meio Ambiente. Instituto de Estudos em Saúde Coletiva – IESC – UFRJ, S/D.

SANTOS, I.E. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Impetus, 2002.

SMAILES, J. **Estatística aplicada à administração com Excel**. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística, Christiane Brito. 1. Ed. – 4. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2006.